



**observatório
universitário**

*Ensino Superior e Políticas de Inclusão:
Análise dos Gastos Familiares com Educação
Superior*

Documento de Trabalho n.º 40

*Enrico Martignoni
Ana Beatriz Gomes de Moraes*

Outubro de 2004

O **Observatório Universitário**, é um núcleo do instituto **Databrasil – Ensino e Pesquisa**, que se dedica ao desenvolvimento de estudos e projetos sobre a realidade socioeconômica, política e institucional da educação superior.

O **Observatório Universitário** alia, de forma sistemática, pesquisas acadêmicas, multidisciplinares, com a execução de iniciativas voltadas à solução de problemas práticos inerentes às atividades da educação superior. A série Documentos de Trabalho tem por objetivo divulgar pesquisas em andamento e colher sugestões e críticas para aperfeiçoamento e desdobramentos futuros.

Observatório Universitário

Databrasil – Ensino e Pesquisa

Autoria

Ana Beatriz Gomes de Moraes

amoraes@databrasil.org.br

Enrico Martignoni

emartignoni@databrasil.org.br

Coordenação

Edson Nunes

Paulo Elpídio de Menezes Neto

Equipe Técnica do Observatório Universitário

Ana Beatriz Gomes de Mello Moraes

André Magalhães Nogueira

David Moraes

Enrico Martignoni

Fabiana Coutinho Grande

Helena Maria Abu-Mebri Barroso

Leandro Molhano Ribeiro

Márcia Marques de Carvalho

Wagner Ricardo dos Santos

Rua da Assembléia, 10/4208 – Centro

20011-901 – Rio de Janeiro – RJ

Tel./Fax.: (21) 3221-9550

e-mail: observatorio@databrasil.org.br

<http://www.databrasil.gov.br/observatorio>

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	<u>4</u>
<u>I – GASTOS DAS FAMÍLIAS COM EDUCAÇÃO SUPERIOR.....</u>	<u>7</u>
1.1 – A PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES	7
1.2 - DADOS PRELIMINARES.....	8
1.3 - ANÁLISE DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	11
<u>II – VULNERABILIDADE SOCIAL</u>	<u>19</u>
2.1 – CONGESTIONAMENTO DOMICILIAR	20
2.2 – PARTICIPAÇÃO DO ALUGUEL OU PRESTAÇÃO NA RENDA DOMICILIAR ELEVADA:	21
2.3 – MATERIAL UTILIZADO NAS PAREDES E COBERTURAS (TELHADO).....	22
2.4 - SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS	23
2.5 – PROPRIEDADE DE BENS DE CONSUMO DURÁVEIS.....	25
2.6 - VULNERABILIDADE SOCIAL	26
<u>III – CONCLUSÃO.....</u>	<u>32</u>
<u>SOBRE O(S) AUTOR(ES).....</u>	<u>34</u>
<u>DOCUMENTOS DE TRABALHO DO OBSERVATÓRIO UNIVERSITÁRIO</u>	<u>35</u>

INTRODUÇÃO¹

Desde meados dos anos 90, os estudos e os instrumentos de pesquisas voltados para o levantamento do perfil do sistema brasileiro de educação superior têm ganhado relevância. Apesar dessa temática já contar com o apoio de discussões desenvolvidas em diversos trabalhos, que tratam do acesso ao ensino superior e de seu papel na redução da desigualdade de renda no Brasil, foi a partir do agravamento da crise econômica - marcada pela elevação da taxa de desemprego, iniciada na década de 80 e aprofundada na década subsequente, e pelo empobrecimento de distintos segmentos sociais - que estas questões passaram a aparecer com mais frequência e com maior profundidade na literatura acadêmica e na agenda política do Ministério da Educação, sobretudo após o Governo FHC. No Governo Lula, estas questões passam a disputar a centralidade do debate social, respaldadas em estudos sobre justiça social, maior acesso ao ensino superior pelas classes mais desfavorecidas e necessidade de mão de obra cada vez mais qualificada para atender as exigências das empresas, sobretudo aquelas que atuam em setores intensivos em tecnologia.

A recente redescoberta, pelos cientistas sociais e economistas, dos assuntos ligados ao ensino superior tem ainda um caráter muito exploratório, e apoia-se, algumas vezes, em modelos estatísticos baseados no máximo em cinco pesquisas² quantitativas de âmbito nacional. A orientação principal visa ao atendimento dos seguintes temas: dicotomia entre setor privado e público, acesso da população mais pobre, gastos do setor público com o ensino superior,

¹ *Relatório de Pesquisa apresentado no IX CONGRESSO SOLAR, Rio de Janeiro, outubro de 2004.*

² Pnad e Censo do IBGE. Censo do Ensino Superior e Provão do MEC. Rais do Ministério do Trabalho.

crescimento do setor e crescimento econômico, além do impacto da educação superior nas condições socioeconômicas.

A mensuração do tamanho do setor educacional é comprometida, principalmente, pela ausência de estudos que articulem as variáveis acompanhadas histórica e tradicionalmente pelos Censos, e outros instrumentos até então utilizados, fazendo com que estas se pareçam mais com uma massa de dados desarticulados do que com indicadores.

A atual discussão da reforma universitária contempla diversos aspectos conceituais relevantes, mas deixa, em segundo plano, questões fundamentais para que se possa definir o que se espera do sistema e de que forma. A descrição de alguns aspectos econômicos do setor educacional brasileiro é uma dessas questões.

Na esfera da educação superior brasileira, a estimativa do perfil e o estudo do potencial do setor, com base em outros estudos estatísticos diferentes dos habituais, torna-se relevante na medida em que a expansão da oferta de vagas no país se deu através do setor privado³. Tal característica remete, até mesmo o observador mais desatento, à conclusão de que o comprometimento financeiro na relação entre as partes foi capaz de manter aquecida às iniciativas de expansão já conhecidas. A evolução do número de Instituições de Ensino Superior (IES) privadas pode sustentar, inicialmente, o argumento: nos últimos seis anos, este número cresceu 141%. Em outras palavras, no período compreendido entre 1998 e 2004, o Brasil passou de 764 para 1842 IES privadas.

Assim, ainda que conserve a mesma natureza exploratória dos demais estudos, este trabalho tem como idéia central observar o perfil do setor educacional brasileiro à luz de alguns de seus aspectos econômicos revelados pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), desenvolvida pelo IBGE,

³ A opção privatista de expansão da educação superior foi objeto de estudo em Nunes, Edson, Molhano, Leandro. **A Outra Reforma Universitária para a Sociedade do Conhecimento**. Rio de Janeiro. 2004

valendo-se do conceito de vulnerabilidade social para discutir a viabilidade da expansão do ensino nos moldes atuais.

Na primeira seção, os dados da POF servem como base para delinear o perfil de despesas das famílias e para analisar a participação dos gastos com educação. Na segunda seção, fazendo uso do conceito de vulnerabilidade social, a partir de critérios pré-definidos, procura-se avaliar o tamanho do segmento populacional vulnerável, definir suas características e identificar sua concentração segundo regiões e classes de rendimento. Por este caminho, espera-se avançar na discussão através da análise dos gastos das famílias, na rubrica ensino superior, mostrando a validade e a relevância do uso desta pesquisa, aliada ao conceito de vulnerabilidade social⁴, para o aprofundamento dos estudos ligados à expansão e à melhoria do sistema educacional brasileiro.

⁴ A Fundação SEADE desenvolveu esse conceito com base no posto de trabalho do indivíduo e a inconstância da inserção. Pobreza e riqueza: pesquisa de condição de vida na Região Metropolitana de São Paulo: mercado de trabalho – São Paulo: SEADE, 1992.

I – GASTOS DAS FAMÍLIAS COM EDUCAÇÃO SUPERIOR

1.1 – A Pesquisa de Orçamentos Familiares

A POF 2002-2003 revela o resultado de um trabalho com 12 meses de duração, realizado no período de julho de 2002 a junho de 2003, com o objetivo de analisar as estruturas de consumo, os gastos e os rendimentos das famílias.

A pesquisa, ao investigar o perfil de consumo, cria uma ferramenta pela qual pode-se descrever, analisar e interpretar os comportamentos das despesas das famílias brasileiras. Tal investigação das despesas familiares, por região e por faixa de renda, traz à tona aspectos sociais e econômicos que estimulam análises paralelas acerca das condições de vida, permitindo uma leitura do Brasil e das Grandes Regiões.

Os resultados apresentados têm o dia 15 de janeiro de 2003 como referência. A unidade de análise amostral é o domicílio particular permanente, ou seja, o ambiente utilizado somente para habitação. A unidade básica de investigação é a chamada “unidade de consumo” que, para esta pesquisa, equivale ao termo “família”.

São dois os tipos de orçamento analisados: um orientado para a despesa, e outro orientado para o rendimento. O primeiro se desdobra em dois tipos de despesas: a despesa monetária - aquela em que a contrapartida para a sua quitação é feita com o pagamento, parcelado ou não, utilizando capital - e a despesa não monetária - aquela em que a produção é consumida na própria unidade de consumo. As despesas relacionadas à aquisição de serviços educacionais são consideradas despesas de consumo nesta pesquisa. Os gastos com educação, segundo a POF, devem ser entendidos como: “(...) *despesas efetuadas com mensalidades e outras despesas escolares com cursos regulares (pré-escolar, fundamental e médio), curso superior de graduação, outros cursos (curso*

supletivo, informática, cursos de idioma e outros), livros didáticos e revistas técnicas, artigos escolares (mochila escolar, merendeira, etc.). Na linha "outras", estão agregadas as despesas com uniforme escolar, matrícula e outras despesas com educação." (Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003, Primeiros resultados, Brasil e Grandes Regiões, p. 31).

Não se buscou nesse trabalho analisar os rendimentos e a sua distribuição e sim as destinações orientadas ao consumo.

1.2 - Dados Preliminares

De acordo com os dados da POF 2002-2003, a despesa monetária e não-monetária média mensal familiar, para o Brasil, era de R\$ 1.941,88⁵. A análise por região revela que apenas no Sudeste e no Sul a despesa total média - ou seja, o somatório das despesas monetária e não-monetária - foi superior à média nacional.

Na região Sudeste, a despesa total média ficou em torno de R\$ 2.258,60, ou seja, 16,3% superior a média nacional. Na região Sul, por sua vez, a despesa total média observada foi de R\$ 2.048,31, equivalendo a um valor 5,5% acima da despesa total média do Brasil.

Nas regiões Centro Oeste, Norte e Nordeste, a situação torna-se inversa. As despesas totais médias são, respectivamente, 5,7%, 25,2% e 31,7% menores que a média geral. Ainda em termos percentuais, a diferença entre a região com a maior e a menor despesa total média é de 70,4%. Em termos monetários, isto representa R\$ 933,19 por mês.

Em todo território nacional, observa-se que 81,82% das despesas são orientados para o consumo. A análise regional da distribuição dessas despesas revela que não existem grandes variações percentuais de uma região para a

⁵ Valores correspondentes a 15 de janeiro de 2003. Nessa ocasião o salário mínimo vigente era de R\$ 200,00.

outra, mas indica que, em termos monetários, as posições se alteram. Nas regiões mais pobres, Norte e Nordeste, a parcela destinada ao consumo é percentualmente maior que a nacional. No Norte, esse valor está em torno de 85,41%, e no Nordeste, aproxima-se de 85,01%. No Sudeste, a região que mais gasta com consumo em termos monetários, é a que menos gasta em termos percentuais. Desta forma, a parcela destinada ao consumo é de 80,99%. Tal percentual é muito próximo das regiões Sul e Centro Oeste onde o consumo detém 81,16% e 81,09%, respectivamente, das despesas totais.

Tabela 1- Despesa monetária e não monetária média mensal familiar - valor e distribuição - por Grandes Regiões e tipos de despesa na área urbana em 2003

Tipos de despesa	Brasil e Região Geográfica					
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
1Despesa total	1.941,88	1.452,78	1.325,41	2.258,60	2.048,31	1.830,29
2Despesas correntes	1.809,75	1.366,07	1.243,98	2.104,44	1.890,93	1.711,79
2.1Despesas de consumo	1.588,85	1.240,85	1.126,74	1.829,27	1.662,39	1.484,25
2.1.1Alimentação	311,02	303,71	275,05	336,61	310,03	256,73
2.1.2Habitação	573,67	429,99	376,37	674,37	602,37	543,64
2.1.3Vestuário	90,13	93,18	78,31	93,17	97	88,03
2.1.4Transporte	293,71	200,43	180,91	338,68	341,19	302
2.1.5Higiene e cuidados pessoais	34,52	38,07	33,73	35,47	32,67	31,75
2.1.6Assistência à saúde	104,72	62,56	70,76	127,3	101,96	94,99
2.1.7Educação	68,58	31,79	41,61	87,87	61,94	63,99
2.1.8Recreação e cultura	39,84	29,23	25,68	47,81	40,62	35,71
2.1.9Fumo	10,88	7,64	6,06	13,48	11,26	9,63
2.1.10Serviços pessoais	16,7	10,64	11,51	20,38	14,64	16,9
2.1.11Despesas diversas	45,09	33,62	26,75	54,13	48,71	40,87
2.2Outras despesas correntes	220,9	125,22	117,24	275,17	228,54	227,54
2.2.1Impostos	91,49	49,69	43,45	114,75	97,12	100,54
2.2.2Contribuições trabalhistas	56,06	33,74	31,39	66,5	66,21	55,9
2.2.3Serviços bancários	13,88	5,96	6,25	19,05	12,25	12,04
2.2.4Pensões, mesadas e doações	30,68	26,42	21,43	37,12	25,51	29,95
2.2.5Previdência privada	6,11	1,25	2,35	8,27	7,64	3,61
2.2.6Outras	22,67	8,16	12,38	29,48	19,81	25,51
2.3Aumento do ativo	92,69	63,14	57,48	104,1	120,41	85,55
2.4Diminuição do passivo	39,44	23,58	23,94	50,06	36,96	32,95

Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2002-2003 do IBGE

Três grandes rubricas de despesas de consumo apresentam uma participação superior de dois dígitos para todas as regiões do Brasil: habitação, alimentação e transporte. Do total de R\$ 1.941,88 das despesas mensais, R\$ 573,67 são destinados à habitação (29,54%), R\$ 311,02 vão para a alimentação (16,02%) e R\$ 293,71 são consumidos em transporte (15,13%). Juntas, estas três despesas representam quase 60,68% do total das despesas das famílias no Brasil.

A análise desse percentual, segundo regiões, oscila em torno de 4% acima ou abaixo da média nacional. Todavia, em termos monetários as disparidades regionais tornam-se mais evidentes. Enquanto as famílias nordestinas gastam R\$ 832,33 com essas três grandes rubricas, as famílias localizadas na região Sudeste gastam R\$ 1.349,66 por mês. Isso significa, em termos monetários, que há uma diferença de 62,2% entre as regiões de maior e de menor consumo.

Observando apenas as despesas com consumo, as três maiores rubricas comportam quase 74,17% da despesa monetária e não monetária média mensal familiar. Variações inferiores a 1,5 pontos percentuais separam as regiões. Diante desse quadro, apenas R\$ 410,45 do total das despesas orientadas para o consumo são destinados para as outras categorias de despesas, tais como: vestuário, assistência médica, recreação, fumo e educação, dentre outras.

A análise do volume monetário que resta das despesas orientadas para o consumo revela, em parte, o perfil do mercado de bens e serviços de uma região. Os cenários marcados pela pujança ou pela escassez, com frequência, mantêm relação direta com o desenvolvimento do mercado de bens e serviços na medida em que este tem suas fronteiras ampliadas ou reduzidas pelo volume circulante de recursos monetários, e ainda, com a disposição para investimento demonstrada pelo capital privado com o intuito de aproveitar as oportunidades de mercado.

No Brasil, a análise do volume de recursos monetários destinados ao consumo, depois de descontadas as três maiores contas, apresenta um quadro muito similar ao que prega a teoria econômica quanto ao grau de desenvolvimento do mercado de bens e serviços.

No Nordeste, por exemplo, este volume de recursos é igual a R\$ 294,41 enquanto que, na região Sudeste, o mesmo volume equivale a R\$ 476,61. A “sobra” da região Nordeste representa 61,77% dos recursos monetários destinados ao consumo do Sudeste. A diferença entre os volumes das duas

regiões, em termos monetários, é de R\$ 185,20 que representa, a título de exemplo, um valor quatro vezes maior que o volume monetário médio mensal destinado à despesa em educação no Nordeste.

Sob outra perspectiva, há uma indicação de que o mercado de bens e serviços do Sudeste conta com um volume de recursos monetários disponíveis 38,22% maior que o do Nordeste, atraindo assim maiores somas de investimento privado.

Chama atenção o engessamento do orçamento doméstico com as três maiores contas de despesas, uma vez que qualquer sobressalto no rendimento familiar obriga uma redução nos gastos nas despesas mais flexíveis como saúde, vestuário e educação. E quanto menor a sobra orçamentária, menor é a capacidade de poupança da família e maiores são as chances de se cortar despesas na área educacional.

1.3 - Análise das Despesas com Educação

A análise das despesas com educação revela não só o perfil do dispêndio familiar com essa rubrica, mas também permite observar como as disparidades regionais se confirmam pelo perfil das despesas de consumo. Na rubrica educação, o valor mensal da despesa monetária e não monetária média, para todo Brasil, é igual a R\$ 68,58 e equivale, respectivamente, a 3,53% da despesa total e a 4,32% do total das despesas destinadas ao consumo. O detalhamento dessa rubrica permite observar como os valores estão distribuídos pelas seis contas e por região (Tabela 2).

Tabela 2 – Despesa monetária e não monetária média mensal familiar na educação em reais de janeiro de 2003 no Brasil e por Grandes Regiões

Tipos de despesa	Brasil e Região Geográfica					
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2.1.7Educação	68,58	31,79	41,61	87,87	61,94	63,99
Cursos regulares	20,74	8,85	17,47	26,17	14,98	16,25
Curso superior	23,17	7,39	8,42	30,72	24,32	26,79
2.1.7.3Outros cursos	13,07	5,75	5,72	17,79	12,69	10,16
2.1.7.4Livros didáticos e revistas técnicas	2,91	2,05	3,31	3,19	2,04	2,4
2.1.7.5Artigos escolares	4,39	5,47	3,86	4,4	4,28	5,32
2.1.7.6Outras	4,31	2,29	2,84	5,61	3,63	3,06

A despesa média mensal com educação, por grandes regiões, apresenta diferenças substanciais tanto em sua participação no total das despesas, quanto em seu volume em reais.

Em termos monetários, a região Sudeste é a que apresenta o maior dispêndio em cinco das seis contas da rubrica educação. A exceção é percebida apenas na conta destinada a artigos escolares. O gasto geral das famílias residentes no sudeste é 2,8 vezes maior que o das famílias nortistas, e 2,1 vezes superior ao das famílias nordestinas. Na conta referente à educação superior, a discrepância observada é ainda maior. Enquanto a despesa média por família, no sudeste, está em torno de R\$ 30,72, no nordeste este valor é de R\$ 8,42 e, no norte, de apenas R\$ 7,39.

Quando se trata da análise das despesas com os cursos regulares, observa-se que a região sudeste mantém a mesma posição em relação às demais regiões. Cabe registrar um fato interessante no que tange às despesas das regiões mais pobres (norte e nordeste) nesta conta: os gastos com os cursos regulares superam os gastos com ensino superior e essa condição, vista isoladamente, leva a crer que as unidades de consumo, nessas regiões, enfrentam limitações para destinar recursos em educação superior. Outros itens são priorizados.

Além disto, a POF mostra que, em qualquer nível, a educação gratuita não existe. Em primeiro lugar, porque os contribuintes pagam impostos. Em segundo lugar, porque mesmo estudando nas escolas públicas, os alunos são forçados a gastos ponderáveis, não só com itens diretamente ligados à escola - como material escolar, livros, e outros - mas também com educação adicional -

curso de língua, por exemplo – que são contabilizados na rubrica de curso de curso regular.

A Tabela 3 traz a distribuição das despesas familiares com educação, e contribui para ratificar o posicionamento das cinco regiões, em termos percentuais, analisado anteriormente em termos monetários. Algumas evidências colaboram para explicar, sobretudo no Norte e no Nordeste, a baixa participação das despesas com o ensino superior.

Tabela 3 – Participação da Educação na despesa monetária e não monetária média mensal familiar total no Brasil e por Grandes Regiões em 2003

Tipos de despesa	Brasil e Região Geográfica					
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Educação	3,53	2,19	3,14	3,89	3,02	3,5
Cursos regulares	1,07	0,61	1,32	1,16	0,73	0,89
Curso superior	1,19	0,51	0,63	1,36	1,19	1,46
Outros cursos	0,67	0,4	0,43	0,79	0,62	0,56
Livros didáticos e revistas técnicas	0,15	0,14	0,25	0,14	0,1	0,13
Artigos escolares	0,23	0,38	0,29	0,19	0,21	0,29
Outras	0,22	0,16	0,21	0,25	0,18	0,17

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

(1) Inclusive sem rendimento.

Os estudos demográficos indicam que estas regiões foram as últimas a apresentarem redução na taxa de fecundidade e, ainda assim, são as que apresentam a maior taxa de natalidade dentre as demais. Simultaneamente, as regiões Sul e Sudeste já vêm apresentando uma redução na quantidade de filhos por mulher bem mais acentuada em relação ao norte e ao nordeste. Tal condição resulta em uma pirâmide etária mais achatada, que retrata uma população mais envelhecida e conduz a estrutura da despesa familiar para um formato diferenciado.

Essa análise paralela permite inferir que a população do norte e do nordeste é mais jovem, as famílias são mais numerosas e têm um grau de dependência da renda mais elevado em comparação com as demais regiões. Quando agrupadas, tais características geram reflexos na estrutura das despesas

familiares, justificando a tentativa de privilegiar as necessidades básicas - como, por exemplo, a educação fundamental - e tornam evidente a incapacidade financeira para arcar com os custos do ensino superior.

Com base nesses resultados pode-se especular que as regiões Norte e Nordeste revelam um baixo incentivo para o desenvolvimento da educação privada devido ao reduzido volume monetário disponível para as despesas com educação superior.

Os dados da Tabela 4 reforçam essa suposição. As regiões Norte e Nordeste revelam as menores taxas de matriculados no ensino superior privado para cada 1000 habitantes residentes na região. As disparidades entre as regiões chamam a atenção. Enquanto a região Sul possui a maior taxa com 19,9, a região Nordeste exibe um valor muito inferior de apenas 4,7. A taxa mais alta é 4,2 vezes maior que a mais baixa.

Tabela 4 – População residente em 2000, matrículas em curso de graduação em 2002 na rede privada e taxa de matriculados no ensino superior da rede privada para cada 1.000 habitantes.

Brasil e Grandes Regiões	População residente em 2000	Matrículas em cursos de graduação em 2002 na rede privada	Taxa de matriculados no ensino superior da rede privada para cada 1.000 habitantes
Brasil	169.799.170	2.428.258	14,3
Região Norte	12.900.704	74.168	5,7
Região Nordeste	47.741.711	225.764	4,7
Região Sudeste	72.412.411	1.412.646	19,5
Região Sul	25.107.616	500.183	19,9
Região Centro-Oeste	11.636.728	215.497	18,5

Fonte: Censo demográfico de 2000 do IBGE/ Sinopse do Ensino Superior do INEP

A baixa penetração do ensino superior privado - sobretudo nas regiões Norte e Nordeste - pode ser, em parte, justificada pelo baixo desenvolvimento econômico dessas localidades. Nesse caso, o grau de desenvolvimento econômico se reflete na carência de bons empregos e, conseqüentemente, na baixa renda familiar. Assim, a renda média familiar, reflexo desse processo, não

é suficiente, em termos monetários, para criar uma atratividade de investimentos privados nessas regiões.

Tal situação parece não se resolver sem a intervenção governamental. O trabalho sobre a desigualdade no Brasil, elaborado por Barros e Mendonça (1995)⁶, auxilia no desenvolvimento dessa argumentação. Segundo os autores, *“...o Brasil não é somente um dos países do mundo com o mais alto grau de desigualdade em educação, mas também é um dos países com a maior sensibilidade dos salários ao nível educacional do trabalhador. Estes dois fatores em conjunto levam a crer que a contribuição da desigualdade educacional para a desigualdade salarial no Brasil seja, também, uma das mais elevadas no mundo.”* (Barros e Mendonça, pg. 48)

Utilizando dois modelos distintos, Souza⁷ procurou analisar a importância da escolaridade no crescimento econômico entre 1970 e 1995 e confirmou a hipótese, por Unidades da Federação, de que o capital humano é fator preponderante na explicação do crescimento do produto interno bruto dos estados brasileiros. No primeiro modelo, um modelo de crescimento neoclássico, conclui-se que a elevação de 38% do PIB está associada a cada ano adicional de escolaridade média da população economicamente ativa. No segundo modelo, uma ampliação que leva em conta o progresso técnico, confirmou essa mesma hipótese: 36% do PIB. Isso traz a tona a seguinte indagação: dada à baixa taxa de expansão do ensino público e a falta de subsídios governamentais para o setor privado de ensino, como promover a ampliação do nível educacional nas regiões mais pobres do país, se os salários locais não são suficientes para arcar com os custos financeiros do ensino privado?

⁶ BARROS, R. P. de, MENDONÇA, R. **OS DETERMINANTES DA DESIGUALDADE NO BRASIL**. Rio de Janeiro: IPEA, 1995 (Texto para Discussão, 377).

⁷ SOUZA, M. R. P. ANÁLISE DA VARIÁVEL ESCOLARIDADE COMO FATOR DETERMINANTE DO CRESCIMENTO ECONÔMICO. Revista FAE, Curitiba, v.2, n.3, se/ dez, 1999, p. 47-56.

Simultaneamente, seguindo a leitura dos autores anteriormente mencionados, se o nível educacional não se elevar, como os salários se elevarão? E sem salário elevado, como poderá o nível educacional crescer? Seria uma armadilha?

A observação das despesas, por faixa de renda, mostra que estas crescem com o aumento dos rendimentos familiares, mas a participação relativa de cada despesa se diferencia entre as classes de rendimento e revela alguns pontos importantes ilustrados na Tabela 05. A análise dos dados mostra que as classes mais pobres têm gastos que superam seus rendimentos, ou seja, esse segmento populacional convive com um déficit no orçamento doméstico.

Aproximadamente 5,5 milhões de famílias com rendimento inferior a R\$ 400,00 (o equivalente a dois salários mínimos na época da pesquisa) gastam, aproximadamente, 1,4 vezes a mais com fumo, 1,1 com recreação, 6,4 com vestuário, 8,6 vezes a mais com transporte e quase duas vezes com impostos do que com educação. A participação da educação no orçamento familiar não passa de 1% do total das despesas. Essa mesma população é a que mais gasta, proporcionalmente em relação ao total de suas despesas, com habitação (39,94%) e com alimentação (29,75%). Com estas mesmas rubricas, a população mais rica gastou apenas 9,02% com alimentação e 22,88% com habitação.

Enquanto as três principais contas - habitação, alimentação e transporte - representam, em média, 76,85% do total das despesas para todas as faixas de renda, para a população mais rica equivalem a aproximadamente 49,14% das despesas familiares. Na educação, em termos monetários, os mais ricos gastaram 100 vezes mais do que os mais pobres. Em termos percentuais, as despesas com educação para os mais ricos representaram apenas 5,28% do total das despesas.

Tabela 5 - Despesa monetária e não monetária média mensal familiar, por classes de rendimentos segundo os tipos de despesas na área urbana no Brasil em 2003

Tipos de despesa e características das famílias	Despesa monetária e não-monetária média mensal familiar (R\$)										
	Total	Classes de rendimento monetário e não-monetário mensal familiar									
		Até 400 (1)	Mais de 400 a 600	Mais de 600 a 1.000	Mais de 1.000 a 1.200	Mais de 1.200 a 1.600	Mais de 1.600 a 2.000	Mais de 2.000 a 3.000	Mais de 3.000 a 4.000	Mais de 4.000 a 6.000	Mais de 6.000
1Despesa total	1.941,88	483,03	673,99	939,59	1.229,06	1.503,79	1.932,85	2.473,92	3.293,50	4.469,16	8.849,12
2Despesas correntes	1.809,75	468,58	654,43	904,14	1.170,31	1.421,83	1.824,82	2.320,47	3.101,18	4.178,73	7.875,10
2.1Despesas de consumo	1.588,85	453,96	626,39	858,46	1.103,20	1.317,03	1.666,55	2.074,16	2.741,63	3.539,53	6.192,75
2.1.1Alimentação	311,02	143,69	186,30	223,15	273,20	302,71	354,67	392,95	469,88	521,34	797,93
2.1.2Habitação	573,67	192,90	262,30	351,40	432,80	502,03	611,97	729,29	897,57	1.206,48	2.024,24
2.1.3Vestuário	90,13	25,85	38,62	54,54	72,66	85,00	106,55	123,53	155,44	180,25	283,52
2.1.4Transporte	293,71	34,61	53,06	98,89	139,08	199,69	272,62	417,35	614,02	797,95	1.526,33
2.1.5Higiene e cuidados pessoais	34,52	11,81	16,08	22,51	30,19	33,38	45,14	44,32	58,19	62,80	97,64

A tabela 6 mostra que, nas camadas mais pobres, 45,9% de todas as despesas em educação é destinada para artigos escolares. Nas famílias com rendimentos até R\$ 1.000,00, o gasto com materiais escolares representa a maior despesa dessa classe e, em média, observa-se que a soma das despesas nessa conta é superior a soma das despesas em educação superior, cursos regulares e outros cursos.

A análise por faixa de renda indica que aproximadamente a metade do quantitativo das famílias brasileiras - as que possuem rendimento entre R\$ 600,00 e R\$ 1.600,00 - gastam mais com o ensino regular do que com ensino superior. As famílias com rendimentos na faixa inserida entre R\$ 3.000,00 a R\$ 4.000,00 são as que mais orientam as despesas da educação para o ensino superior, ou seja, 41,38% do total.

Tabela 6 – Despesa monetária e não-monetária média mensal familiar com educação, por classes de rendimento monetário e não-monetário mensal familiar na área urbana no Brasil em 2003

Tipos de despesa e características das famílias		Educação	Cursos regulares	Curso superior	Outros cursos	Livros didáticos e revistas técnicas	Artigos escolares	Outras
Despesa monetária e não-monetária média mensal familiar (R\$)	Total	68,58	20,74	23,17	13,07	2,91	4,39	4,31
	Até 400 (1)	4,01	0,52	0,34	0,39	0,52	1,84	0,41
	Mais de 400 a 600	7,25	1,06	0,44	1,40	0,84	2,38	1,14
	Mais de 600 a 1 000	12,81	2,80	1,85	2,36	1,23	3,17	1,41
	Mais de 1 000 a 1 200	22,78	5,51	4,30	4,45	1,93	3,60	2,98
	Mais de 1 200 a 1 600	30,22	8,32	6,86	6,33	2,10	3,87	2,74
	Mais de 1 600 a 2 000	53,96	11,70	17,46	11,87	2,74	5,23	4,96
	Mais de 2 000 a 3 000	89,15	25,96	26,46	19,17	3,48	6,15	7,92
	Mais de 3 000 a 4 000	147,53	39,56	61,05	24,40	5,60	7,44	9,47
	Mais de 4 000 a 6 000	236,17	74,11	91,98	42,93	8,40	7,76	10,99
Mais de 6 000	435,66	153,30	159,17	82,32	13,27	10,82	16,79	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

(1) Inclusive sem rendimento.

As tabelas por faixa de renda mostram que as camadas mais pobres destinam muito pouco para a educação superior. Uma das explicações para isso está na baixa escolaridade desse segmento populacional o que gera, em tese, um estoque relativamente baixo de pessoas aptas a ingressar e a se manter no ensino superior, mesmo gratuito.

Essa explicação se respalda na existência de um déficit quase que permanente no orçamento doméstico para as famílias com rendimentos até R\$ 600,00. Para que se possa ilustrar a disparidade das despesas, em termos monetários, as famílias com rendimentos entre R\$ 400,00 e 600,00 gastam R\$ 0,44 com educação superior. Já as famílias com rendimentos na faixa entre R\$ 4.000,00 e R\$ 6.000,00 gastam, em média, R\$ 91,98 com a mesma conta. É claro que os gastos com educação aumentam à medida que mais famílias ingressam no setor privado de ensino com o pagamento de mensalidades. Quanto maior a renda da família maior é a sobra financeira, depois de descontados os gastos com as principais contas, maior tendem a ser os gastos com educação. Por isso, o salto de despesas com educação tende a ser alto com a mudança de faixa de renda.

II – VULNERABILIDADE SOCIAL

A vulnerabilidade é um conceito que serve para mensurar o nível de qualidade de vida das pessoas, mas que ainda não conta com um consenso quanto aos critérios que devem ser utilizados como base para sua valoração. A amplitude deste conceito obriga o pesquisador a determinar, por julgamento, o que leva uma pessoa a ser vulnerável. Há diversas formas consagradas de atribuir valor a vulnerabilidade e muitas delas estão ligadas à insuficiência de renda e a qualidade da ocupação no mercado de trabalho. Neste trabalho, buscou-se avaliar a insegurança do indivíduo utilizando como base a qualidade do bem mais caro que a maior parte da família possui: o domicílio e seus serviços associados.

A quantificação do conceito de vulnerabilidade está baseada na qualidade ou na ausência dos bens e serviços à disposição dos domicílios. Isso permite auferir, a partir da residência, se a pessoa está ou não em uma situação vulnerável. É claro que qualquer critério que possa vir a ser adotado é determinado segundo o contexto da investigação que o pesquisador está desenvolvendo. O ideal é que tais atributos mantenham coerência com a pesquisa em andamento e que partam de fontes de dados confiáveis. Diante disso, faz-se necessário revelar os critérios utilizados e as justificativas para escolha, buscando evidenciar que o referencial adotado constitui uma boa aproximação para a medição de vulnerabilidade.

Para avaliar o conceito de vulnerabilidade social foi utilizado o método direto de medição. Adotou-se como premissa a idéia de que a vulnerabilidade individual está associada à qualidade ou à existência de bens e serviços julgados necessários dentro da realidade urbana dos dias atuais.

2.1 – Congestionamento domiciliar

É uma medida que expressa a relação entre o número de moradores e o número de cômodos do domicílio. O excesso de moradores por domicílio caracteriza congestionamento domiciliar. O convívio de muitas pessoas em um espaço restrito aumenta as chances de desavenças e reduz a capacidade de concentração no aprendizado. Segundo Pasternak e Baltrusis⁸ (...) *“em relação ao indicador moradores por cômodo, higienistas estabelecem seu limiar em 1,5 pessoas por cômodo ou 2,0 pessoas por cômodo habitável (excluindo banheiro e cozinha).”* Em uma entrevista a respeito de um estudo sobre violência urbana no Estado de São Paulo, Cárdua⁹ afirmou que, segundo dados agregados, (...) *“até agora, foi possível relacionar os homicídios entre jovens ao intenso congestionamento domiciliar”*.

Segundo a mesma autora, as conseqüências representam a perda de privacidade que levam a desgastes nas relações e brigas familiares. Para mensurar esse indicador, optou-se pelo limiar de 1,5 pessoas por cômodo.

No Brasil urbano, segundo o critério adotado, aproximadamente 11 milhões de pessoas vivem em domicílios congestionados. No ensino superior, apenas 0,6% do total de estudantes convivem com essa situação. Quando se procura calcular o mesmo indicador para os estudantes do último ano do ensino médio, verifica-se que 3,5% vivem em domicílios congestionados. Aproximadamente 425 mil pessoas com o ensino médio completo, ou 2,3% do total, subsistem em residências com excesso de moradores.

⁸ “Um olhar sobre a habitação em São Paulo” PROJETO FINEP/HABITARE - EDITAL 04 TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO PROCEDIMENTOS INOVADORES DE GESTÃO HABITACIONAL PARA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

⁹ Revista CIÊNCIA HOJE, vol. 29, nº 172. ENTREVISTA CONCEDIDA A VERA RITA DA COSTA (CIÊNCIA HOJE/SP).

Tabela 7 – Número de pessoas em área urbana por situação educacional que apresenta congestionamento domiciliar no Brasil em 2002

Número de pessoas morando em domicílio:	População	Estudante no ensino superior	Estudante do último ano do ensino médio	Não estudante com o ensino médio completo
Sem congestionamento domiciliar	132.864.786	3.718.998	2.742.666	18.144.960
Com congestionamento domiciliar	11.425.565	21.575	99.915	425.506

Fonte: PNAD 2002. IBGE. Tabulação elaborada a partir dos microdados no laboratório do Observatório Universitário

2.2 – Participação do aluguel ou prestação na renda domiciliar elevada:

O aluguel pode ser definido como a aquisição de um serviço habitacional, de médio prazo, no mercado imobiliário. Nesse comércio, o locatário é o indivíduo que reside em imóvel alugado e o locador é o proprietário do imóvel. Normalmente, um contrato de aluguel é válido por 30 meses e, somente após esse período as partes podem quebrar o contrato sem o ônus da multa da rescisão contratual. A estabilidade financeira é fundamental para o pagamento em dia dos custos financeiros do aluguel, e quando este tem uma participação muito elevada na renda total do domicílio, a insegurança financeira aumenta, elevando a vulnerabilidade social. Nas camadas mais pobres da sociedade, a falta de pagamento de aluguel leva ao despejo imediato, normalmente com violência, uma vez que essas relações, na maioria dos casos, são verbais pela ausência dos instrumentos de acordo adequados. Estipulou-se, como recorte de insegurança, o comprometimento de 40% da renda domiciliar com o pagamento do aluguel. O pagamento de prestação da casa própria é outro serviço habitacional muito semelhante ao aluguel. Entretanto, nesse caso, envolve a compra do imóvel em um contrato cujo período de vigência é mais longo. A falta de pagamento acarreta na perda do imóvel através de um processo reintegração de posse e, em muitos casos, o imóvel é levado a leilão. Diferente do aluguel, como o financiamento imobiliário ocorre,

na maior parte dos casos, entre pessoas jurídica e física, o despejo segue um tramite judiciário sem uso da coação, em todas as classes sociais.

Tabela 8 – Número de pessoas em área urbana por situação educacional que apresenta participação do aluguel ou prestação aceitáveis ou não em relação a renda domiciliar no Brasil em 2002

Número de pessoas morando em domicílios cuja:	População	Estudante no ensino superior	Estudante do último ano do ensino médio	Não estudante com o ensino médio completo
Participação do aluguel é aceitável	19.206.164	490.502	352.947	2.763.923
Participação do aluguel não é aceitável	2.866.662	57.452	39.485	337.341
Número de pessoas morando em domicílios cuja:	População	Estudante no ensino superior	Estudante do último ano do ensino médio	Não estudante com o ensino médio completo
Participação da prestação aceitável	7.115.510	273.922	163.597	1.185.745
Participação da prestação não aceitável	695.773	22.700	13.052	113.959

Fonte: PNAD 2002. IBGE. Tabulação elaborada a partir dos microdados no laboratório do Observatório Universitário

Para as pessoas que moram em domicílios próprios, porém ainda em processo de quitação, estipulou-se a mesma regra que a anterior para medir a vulnerabilidade, independente da classe social.

Com relação ao aluguel, houve pouca variação percentual da vulnerabilidade por situação educacional. Aproximadamente 10,5% das pessoas convivem em situação de insegurança habitacional. Já no grupo de pessoas que pagam prestações da casa própria, pode-se observar que 7,5% dos estudantes e 8,8% dos não estudantes vivem em insegurança devido ao financiamento residencial. Para um número próximo de 3,5 milhões de brasileiros, a prestação ou aluguel consomem 40% da renda domiciliar ou mais.

2.3 –Material utilizado nas paredes e coberturas (telhado)

A qualidade do revestimento externo do domicílio também pode ser um item capaz de oferecer uma medida das condições financeiras dos moradores. Paredes externas que utilizam taipa não revestida, madeira aproveitada, palha e

outro material que não seja alvenaria ou madeira aparelhada, caracterizam uma situação de vulnerabilidade. Para o telhado a situação de precariedade é caracterizada pelo uso do zinco, da madeira aproveitada, da palha e de qualquer outro material que não seja, telha, laje de concreto ou madeira aparelhada.

Tabela 9 – Número de pessoas em área urbana por situação educacional segundo a qualidade do material utilizado na parede e/ou telhado do domicílio no Brasil em 2002

Número de pessoas com material predominante das paredes externas nos domicílios:	População	Estudante no ensino superior	Estudante do último ano do ensino médio	Não estudante com o ensino médio completo
Apropriado	141.879.973	3.737.531	2.826.864	18.520.561
Inapropriado	2.405.928	2.678	15.353	49.905
Número de pessoas com material predominante na cobertura (telhado) nos domicílios:	População	Estudante no ensino superior	Estudante do último ano do ensino médio	Não estudante com o ensino médio completo
Apropriado	142.394.924	3.719.322	2.817.556	18.432.249
Inapropriado	1.886.952	19.587	25.025	136.678

Fonte: PNAD 2002. IBGE. Tabulação elaborada a partir dos microdados no laboratório do Observatório Universitário

O número de estudantes, no ensino superior, morando em imóvel com uso de materiais inapropriados nas paredes não pôde ser mensurado em função de sua baixa magnitude. Esse critério possui poucos casos em relação ao universo estudado, porém é muito importante, pois a caracterização de baixa qualidade do revestimento externo não põe dúvida à situação de vulnerabilidade.

2.4 - Serviços públicos essenciais

A oferta de serviços públicos é um bom indicador do ambiente externo no qual o domicílio se localiza, e visa à prevenção de doenças e à promoção de saúde. Saneamento básico se restringe, para os fins deste trabalho, ao abastecimento de água, disposição de esgotos e coleta de lixo adequada. Atualmente, todos esses serviços já são consagrados como necessários e a

ausência de algum deles, em um domicílio urbano, gera percepção direta de famílias em condições de extrema penúria, para quem os possui.

Foi considerada inapropriada a água captada de qualquer outra forma que não seja da rede geral de distribuição, poço ou nascente. Para o esgoto, foi considerado impróprio quando o escoadouro do banheiro ou sanitário é a fossa rudimentar, a vala, o rio, o lago, o mar ou qualquer outra forma não aceita pelos sanitaristas.

O destino do lixo também é importante para a condição de vida das pessoas, pois revela a salubridade ambiental do local. Foram consideradas apropriadas as residências que têm o seu lixo coletado direta ou indiretamente. As demais formas, tais como: queimado, enterrado na propriedade, jogado em terreno baldio, logradouro, rio, lago, mar ou qualquer outro destino podem traduzir-se em vulnerabilidade para os moradores desses domicílios.

A presença de um desses critérios aponta no sentido da vulnerabilidade. As pessoas prezam por serviços públicos e a presença dos indivíduos em lugares urbanos sem, por exemplo, esgoto adequado, revela que a insuficiência financeira obriga as pessoas a buscarem terras mais baratas, geralmente, em espaços urbanos sem infra-estrutura sanitária.

Tabela 10 – Número de pessoas em área urbana por situação educacional segundo a presença de serviços públicos no Brasil em 2002

Número de pessoas com procedência da água utilizada:	População	Estudante no ensino superior	Estudante do último ano do ensino médio	Não estudante com o ensino médio completo
Apropriado	127.786.292	3.591.636	2.650.577	17.491.732
Inapropriado	7.445.819	133.553	120.088	765.132
Número de pessoas cuja forma de escoadouro do banheiro ou sanitário é:	População	Estudante no ensino superior	Estudante do último ano do ensino médio	Não estudante com o ensino médio completo
Apropriada	108.108.175	3.418.602	2.353.310	15.857.583
Inapropriada	31.950.351	318.802	466.708	2.609.459
Número de pessoas com destino do lixo domiciliar:	População	Estudante no ensino superior	Estudante do último ano do ensino médio	Não estudante com o ensino médio completo
Apropriado	137.585.687	3.717.864	2.796.389	18.319.329
Inapropriado	6.695.432	22.709	44.952	250.201

Fonte: PNAD 2002. IBGE. Tabulação elaborada a partir dos microdados no laboratório do Observatório Universitário

O grupo dos universitários apresentou a menor vulnerabilidade em todos os quesitos como esperado. Aproximadamente 3,6% moram em domicílios com a procedência da água inadequada, 8,5% com escoadouro impróprio e 0,6% sem coleta de lixo considerada própria. Tal realidade mostra-se bem diferente da enfrentada pelos estudantes do último ano do ensino médio, que somaram 4,3% com origem da água inadequada, 16,5% para o escoadouro do banheiro ou sanitário não apropriado e 1,6% residem em domicílios com má destinação do lixo.

2.5 – Propriedade de bens de consumo duráveis

Nesse item, optou-se por dois bens que são considerados consagrados pela elevada necessidade: a televisão e a geladeira. O primeiro bem foi escolhido por ser um canal de informação com a maior abrangência nacional e a principal fonte de entretenimento. A geladeira, por sua vez, é um bem com a função de conservar os alimentos em temperatura adequada. A ausência destes itens, estatisticamente, só pode ser justificada pela incapacidade financeira de comprar o produto ou pela falta de eletricidade na residência.

Tabela 10 – Número de pessoas em área urbana por situação educacional segundo a presença de bens duráveis selecionados no domicílio no Brasil em 2002

Número de pessoas cujo domicílio:	População	Estudante no ensino superior	Estudante do último ano do ensino médio	Não estudante com o ensino médio completo
Possui televisão em cores	130.415.622	3.707.656	2.739.150	18.038.340
Não possui televisão em cores	13.855.351	32.917	102.191	528.955
Número de pessoas cujo domicílio:	População	Estudante no ensino superior	Estudante do último ano do ensino médio	Não estudante com o ensino médio completo
Possui geladeira	131.795.842	3.720.076	2.768.941	18.174.756
Não possui geladeira	12.480.584	20.497	72.400	394.592

Fonte: PNAD 2002. IBGE. Tabulação elaborada a partir dos microdados no laboratório do Observatório Universitário

No Brasil, aproximadamente, 14 milhões (9,6% do total da população) de brasileiros, em área urbana, não tem televisão e 12,5 milhões (8,7% do total) não tem geladeira no interior do domicílio. Para os estudantes matriculados no

ensino superior a inexistência de tais produtos não chega a 1% do total. Aproximadamente 3.6% dos estudantes no último ano do ensino médio vivem em domicílios sem televisão e 2,5% sem geladeira.

2.6 - Vulnerabilidade social

A vulnerabilidade social é expressa pela presença de qualquer um dos fatores mencionados. O fato de um indivíduo não ter escoadouro adequado para o seu banheiro ou sanitário, faz com que ele se enquadre na categoria de uma pessoa vulnerável. A vantagem de utilizar esses indicadores é a existência de informação disponível, que permite identificar situações de vulnerabilidade com alto grau de desagregação geográfica.

A crítica de muitos pesquisadores refere-se ao grau de arbitrariedade das escolhas das variáveis que possam conduzir a vulnerabilidade e isto abre, através de juízos de valores distintos, oportunidades para escolher outros critérios. É importante também ressaltar que um dos objetivos, neste trabalho, consiste em observar o grau da vulnerabilidade. Com a metodologia adotada, não se espera informar o incremento na renda capaz de eliminar essa vulnerabilidade.

Tabela 12 - Número de pessoas por situação educacional segundo a existência de vulnerabilidade em 2002 no Brasil

Situação educacional		Pessoa com vulnerabilidade	Não se aplica a vulnerabilidade	Total
Estudantes do ensino superior	N	565.239	3.178.124	3.743.363
	%	15,1	84,9	100,0
Estudante do último ano do ensino médio	N	773.729	2.070.991	2.844.720
	%	27,2	72,8	100,0
Não estudante com o ensino médio completo	N	4.488.741	14.099.503	18.588.244
	%	24,1	75,9	100,0
Total	N	5.827.709	19.348.618	25.176.327
	%	23,1	76,9	100,0

Fonte: PNAD 2002. IBGE. Tabulação elaborada a partir dos microdados no laboratório do Observatório Universitário

A tabela 12 é o resultado encontrado com a metodologia aplicada. Os resultados indicam o tamanho da população vulnerável e a sua participação para cada situação educacional. Considerando-se cada um dos atributos educacionais, separadamente, observa-se, em primeiro lugar, que o percentual de pessoas vulneráveis entre estudantes do último ano do ensino médio, e de não estudantes com o ensino médio completo, é muito superior ao de estudantes do ensino superior. A queda do percentual de pessoas vulneráveis entre os não estudantes do ensino médio, em comparação com os estudantes do último ano, pode ser explicada pela busca de emprego com o término do ensino médio e, no caso dos homens, com o início ou a dispensa no serviço militar.

A baixa participação de vulneráveis no ensino superior sugere que as camadas mais pobres não têm acesso a esse nível educacional. De fato, algumas evidências ajudam a endossar essa conclusão.

Resgatando as informações colhidas, nas tabelas selecionadas para apoiar a primeira parte deste trabalho, as famílias com renda de até 3 salários mínimos gastam mais do que recebem. Hoje, a principal forma de acesso para uma universidade, no Brasil, é através do ensino privado, que soma mais de 75% das matrículas em todo território nacional.

As forças contra a pobreza parecem não cumprir seu papel. Em primeiro lugar, conta-se com a incapacidade financeira de arcar com o ensino superior,

pois o orçamento doméstico é restrito, gerando um entrave econômico. Em segundo lugar, a maior via de acesso ao ensino superior é a promovida pelo setor privado, que exige uma contrapartida financeira do estudante que, por sua vez, não recebe o suficiente para cobrir os custos das mensalidades, normalmente, porque está na situação de desemprego (a faixa jovem é que apresenta a maior taxa de desemprego). Tal situação se traduz em um entrave social. Em terceiro lugar, mas não menos importante, deve-se mencionar o entrave educacional. Jovens pobres freqüentam escolas de baixa qualidade e em bairros carentes. A formação prejudicada dos alunos de baixa renda não pode ser comparada com a dos alunos de escolas de bairros ricos. Assim, se esta lógica permanecer inalterada pela ausência de qualquer outra externalidade, as vagas nas melhores universidades serão dos mais bem preparados, e o ciclo de pobreza se perpetua.

Tabela 13 - Número de pessoas por situação educacional segundo faixa de renda per capita familiar em 2002 no Brasil

Situação educacional		Até 1,5 salário mínimo de renda per capita familiar	De 1,5 a 3,0 salários mínimos de renda per capita familiar	Acima de 3 salários mínimos de renda per capita familiar	Total
Estudantes do ensino superior	N	667.389	1.062.617	1.801.930	3.531.936
	%	18,9	30,1	51,0	100
Estudante do último ano do ensino médio	N	1.495.689	725.246	487.144	2.708.079
	%	55,2	26,8	18,0	100
Não estudante com o ensino médio completo	N	8.343.796	5.451.841	3.957.095	17.752.732
	%	47,0	30,7	22,3	100
Total	N	10.506.874	7.239.704	6.246.169	23.992.747
	%	43,8	30,2	26,0	100

Fonte: PNAD 2002. IBGE. Tabulação elaborada a partir dos microdados no laboratório do Observatório Universitário

A tabela 13 exhibe as estimativas de número de pessoas, segundo situação educacional e faixa de renda per capita familiar. A renda foi recortada, propositadamente, em apenas três faixas para se enquadrar na medida provisória do Prouni que reserva, no mínimo, 10% das vagas em faculdades privadas para bolsistas de origem pobre. Bolsas de 100% para pessoas com

rendimento per capita inferior ou igual a 1,5 salários mínimos e de 50% para pessoas com renda per capita entre 1,5 e 3,0 salários mínimos.

A observação dos dados mostra que a distribuição percentual dos estudantes do ensino superior está mais concentrada na população com renda per capita superior a 3,0 salários mínimos. No entanto, para os estudantes no último ano do ensino médio, a situação se inverte: a concentração desse segmento populacional ocorre na faixa com renda inferior a 1,5 salários mínimos. Os não estudantes com o ensino médio completo estão distribuídos entre as faixas de renda parecidas com os estudantes do último ano, porém um pouco menos concentrados na faixa mais pobre.

A Tabela 14 detalha a distribuição por faixa de renda, situação educacional e vulnerabilidade. Como era de se esperar, a participação da vulnerabilidade, por situação educacional, cai quando a faixa de renda aumenta, o que valida a qualidade do indicador.

Tabela 14 - Número de pessoas por situação educacional e por faixa de renda per capita familiar segundo a existência de vulnerabilidade em 2002 no Brasil

Faixa de renda	Situação educacional	Vulnerabilidade		Total	
		Sim	Não		
Até 1,5 salário mínimo per capita (Prouni- bolsa 100%)	Estudantes do ensino superior	N	201.766	465.623	667.389
		%	30,2	69,8	100,0
	Estudante do último ano do ensino médio	N	560.326	935.363	1.495.689
		%	37,5	62,5	100,0
	Não estudante com o ensino médio completo	N	2.898.892	5.444.904	8.343.796
		%	34,7	65,3	100,0
	Total	N	3.660.984	6.845.890	10.506.874
		%	34,8	65,2	100,0
De 1,5 a 3,0 salários mínimos per capita (Prouni- bolsa 50%)	Estudantes do ensino superior	N	174.664	887.953	1.062.617
		%	16,4	83,6	100,0
	Estudante do último ano do ensino médio	N	118.185	607.061	725.246
		%	16,3	83,7	100,0
	Não estudante com o ensino médio completo	N	955.776	4.496.065	5.451.841
		%	17,5	82,5	100,0
	Total	N	1.248.625	5.991.079	7.239.704
		%	17,2	82,8	100,0
Acima de 3 salários mínimos per capita	Estudantes do ensino superior	N	159.832	1.642.098	1.801.930
		%	8,9	91,1	100,0
	Estudante do último ano do ensino médio	N	47.777	439.367	487.144
		%	9,8	90,2	100,0
	Não estudante com o ensino médio completo	N	443.651	3.513.444	3.957.095
		%	11,2	88,8	100,0
	Total	N	651.260	5.594.909	6.246.169
		%	10,4	89,6	100,0

Fonte: PNAD 2002. IBGE. Tabulação elaborada a partir dos microdados no laboratório do Observatório Universitário

Para a faixa mais pobre, a vulnerabilidade é menos intensa entre os estudantes do ensino superior, e cerca de 30,2% convivem pelo menos com alguma situação vulnerável. Os alunos do último ano do ensino médio apresentaram a maior vulnerabilidade para a mesma faixa, ou seja, 7,5% deles se encontram nessa situação.

Na faixa mediana, o aumento da renda reduz o efeito da vulnerabilidade para todas as categorias da situação educacional. O percentual de pessoas vulneráveis não varia mais de 2% e fica em torno de 16,3% a 17,5%. Na última faixa de renda per capita, o percentual de vulnerabilidade é levemente mais baixo para os estudantes do ensino superior em relação ao ensino médio.

Em geral, a participação das pessoas vulneráveis por faixa de renda per capita passa de 34,8%, na faixa mais pobre, para 17,2% na a faixa mediana, e depois, para 10,4%, na mais abastada.

Fica a pergunta: a vulnerabilidade está mais presente no setor público ou privado de ensino?

No ensino médio, na faixa até 1,5 salários mínimos, o setor público absorve 86,9% de todas as pessoas vulneráveis. Na faixa mediana, o ensino público, em termos quantitativos, absorve mais pessoas vulneráveis que o setor privado na faixa mais pobre. A vulnerabilidade dos alunos do último ano do ensino médio da rede pública representa 32,3% do total e na rede privada esse percentual é de apenas 15,8%.

Dentre os estudantes universitários vulneráveis distribuídos na primeira faixa de renda, 52,3% estão no setor público de ensino. Porém, para as demais faixas, a predominância é do setor privado. Na faixa mediana, 62,0% dos vulneráveis estão no setor privado e, na última faixa, essa participação chega a 71,9%.

Apesar de a vulnerabilidade ser percentualmente inferior no setor privado, 12,3% estão sob estas condições contra 23,1% no setor público. Em

termos quantitativos, o número de estudantes vulneráveis é maior no setor privado. Para cada aluno universitário em situação de vulnerabilidade, no setor público, existem 1,47 no setor privado.

Tabela 15 - Número de pessoas por situação educacional por faixa de renda per capita familiar segundo a existência de vulnerabilidade por rede de ensino no Brasil em 2002

Situação Educacional e faixa de renda per capita familiar		Pública		Particular	
		Vulnerabilidade		Vulnerabilidade	
		Sim	Não	Sim	Não
Estudantes do ensino superior	Até 1,5 salário mínimo per capita	105.593	169.031	96.173	296.026
	De 1,5 a 3,0 salários mínimos per capita	66.293	228.837	108.371	659.116
	Acima de 3 salários mínimos per capita	44.942	325.716	114.890	1.315.815
Estudante do último ano do ensino médio	Até 1,5 salário mínimo per capita	486.369	747.160	73.390	188.203
	De 1,5 a 3,0 salários mínimos per capita	78.036	360.422	39.820	246.639
	Acima de 3 salários mínimos per capita	18.748	114.005	29.029	325.362

Fonte: PNAD 2002. IBGE. Tabulação elaborada a partir dos microdados no laboratório do Observatório Universitário

Na rede pública, existem 274 mil alunos matriculados, com renda per capita familiar inferior ou igual a 1,5 salários mínimos e, na rede privada, essa cifra é igual a 392 mil matriculados. É claro que, em relação ao número de vagas no parque educacional superior, a rede pública, proporcionalmente, acolhe uma fatia maior de pessoas de baixa renda. Todavia, se a questão é aumentar o acesso, ou a chance de alguém cursar uma universidade, o setor privado é o que cumpre essa tarefa.

III – CONCLUSÃO

A POF mostrou que as famílias que ganham até 3 salários mínimos têm a despesa maior que os rendimentos e que o gasto com educação superior é muito baixo em relação às demais faixas. Neste sentido, as despesas com educação, ainda que pequenas, evidenciam que o Estado brasileiro não atende à população e, quando o faz, deixa lacunas geradoras de despesas que vão além do alcance das análises mais simplificadas.

Os dados da PNAD, associados aos indicadores de vulnerabilidade, revelaram que as camadas mais pobres são as mais vulneráveis. Na população pobre, a necessidade de trabalhar imediatamente é mais latente e o desejo do consumo mais acentuado. Partindo do pressuposto que a sociedade brasileira tem uma forte demanda reprimida em vários setores, quando o patrimônio está concentrado em torno de poucos bens, o incentivo para trabalhar e interromper os estudos é mais forte nas classes pobres. Outro fator que contribui para a interrupção dos estudos está relacionado à qualidade da educação recebida pelas pessoas de baixa renda.

A concorrência para ingressar numa faculdade pública é elevada e as vagas são valorizadas por dois motivos: são normalmente as escolas mais conceituadas e não há pagamento de mensalidade. Segundo outros estudos do Observatório Universitário, os mais aptos acessam o ensino público e os mais pobres, quando acessam às vagas públicas, o fazem em carreiras de baixa concorrência ou com nota mínima de entrada baixa.

O ensino superior, por ser excludente, e apresentar rivalidade na aquisição do direito de oferta, promoveu o setor privado que já soma mais de 70% das matrículas no Brasil. A rede privada é o maior portal de acesso ao ensino científico.

Uma política de inclusão dos integrantes de famílias mais pobres nas universidades exige mais do que uma simples bolsa de estudos na rede privada: requer que se pense em mecanismos capazes de manter o estudante na universidade, com condições mínimas para que este conclua o curso que iniciou.

SOBRE O(S) AUTOR(ES)

Ana Beatriz Gomes de Moraes

Doutoranda em Gestão da Inovação e Tecnologia de Processos pela UFRJ/EQ, mestre em Administração pela UFF e bacharel em Economia pela Universidade Candido Mendes (UCAM). Professora da UCAM. Pertenceu ao quadro docente da Universidade Federal Fluminense (Departamento de Administração - Pós-Graduação Lato Sensu) e Fundação Getulio Vargas (EPGE). Exerceu atividades de consultoria na PETROBRÁS, na VARIG, no Banco Santander, no Banco Bozano, Simonsen, na Concessionária da Ponte Rio-Niterói - Ponte S/A e no SENAC.

Enrico Martignoni

Mestre em Estudos Populacionais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas, graduado em ciências econômicas pela UFRJ. É pesquisador do DataBrasil - Ensino e Pesquisa. Participou na elaboração de uma nova metodologia de cálculo de déficit habitacional para todos os municípios de São Paulo na Fundação Seade.

Documentos de Trabalho do Observatório Universitário

1. **Agências Reguladoras: Gênese, Contexto, Perspectiva e Controle**, Edson Nunes. *Trabalho apresentado no "II Seminário Internacional sobre Agências Reguladoras de Serviços Públicos". Instituto Hélio Beltrão, Brasília, 25 de Setembro de 2001. Série Estudos de Políticas Públicas, outubro de 2001; também publicado em Revista de Direito Público da Economia, Belo Horizonte, ano 1, n. 2, p. 1-384, abr/jun 2003.*
2. **O Sistema de Pesquisa Eleitorais no Brasil, Seu Grau de Confiabilidade e Como as Mesmas Devem Ser Lidas por Quem Acompanha o Processo à Distância**, Edson Nunes. *Palestra proferida no seminário: "Elecciones en Brasil: sondeos y programas", Fundação Cultural Hispano Brasileira e Fundação Ortega y Gasset, Madrid, 25 de junho de 2002. (texto não disponível)*
3. **Sub-Governo: Comissões de Especialistas, e de Avaliação, Política Educacional e Democracia**, Edson Nunes, Márcia Marques de Carvalho e David Moraes. *Trabalho apresentado no "II Fórum Educação, Cidadania e Sociedade: A Educação como Fator de Desenvolvimento Social e Econômico". Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2002; versão revista e final, publicada nesta mesma série, no. 16, sob o título "Governando por Comissões".*
4. **Cronologia de Instalações das Agências Reguladoras**, Catia C. Couto e Helenice Andrade. *janeiro de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).*
5. **Corporações, Estado e Universidade: O Diálogo Compulsório sobre a Duração de Cursos Superiores no Brasil**, Edson Nunes, André Nogueira e Leandro Molhano, *fevereiro de 2003.*
6. **O Atual Modelo Regulatório no Brasil: O Que Já Foi Feito e Para Onde Estamos Indo"?**, Edson Nunes. *Seminário "O Atual Modelo Regulatório no Brasil: o que já foi feito e para onde estamos indo?". Escola Nacional de Saúde Pública - UCAM / Fiocruz, Rio de Janeiro, 18 de março de 2003 (texto não disponível)*
7. **Relação de Agências Reguladoras Nacionais**, Edson Nunes e Enrico Martignoni, *março de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).*

8. **Gênese e Constituição da Anatel**, Edson Nunes e Helenice Andrade, março de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).
9. **O Caso desviante do Ensino Superior Brasileiro: uma Nota Técnica**, Edson Nunes. Palestra proferida na 69ª Reunião plenária do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB, Painel sobre os Novos Cenários da Educação Superior: Visão Internacional. Rio de Janeiro, abril de 2003.
10. **Governo de Transição FHC – Lula**, Cátia C. Couto e Helenice Andrade. *Série Estudos de Políticas Públicas*, junho de 2003.
11. **Gênese e Constituição da Aneel**, Edson Nunes e Cátia C. Couto, junho de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).
12. **Gênese e Constituição da Anp**, Edson Nunes e Helenice Andrade, junho de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).
13. **Espaços Públicos: Violência e Medo na cidade do Rio de Janeiro**, David Moraes. *Série Estudos de Políticas Públicas*, julho de 2003.
14. **Desconstruindo PNE - Nota Técnica**, Márcia Marques de Carvalho. *Série Educação em Números*, julho de 2003; versão revista e final, publicada, nesta série, sob o título “Expansão do Ensino Superior: Restrições, Impossibilidades e Desafios”. Documento de Trabalho no. 25.
15. **Engenharia Reversa das Condições de Ensino**, Ana Beatriz Gomes de Melo, Enrico Martignoni, Leandro Molhano e Wagner Ricardo dos Santos, julho de 2003.
16. **Governando por Comissões**, Edson Nunes, David Moraes e Márcia Marques de Carvalho, julho de 2003.
17. **Agências Reguladoras: O Governo Lula e o Mapeamento do noticiário sobre as mudanças nas Agências Reguladoras (período entre 01/12/2002 e 31/07/2003)**, Edson Nunes, Cátia C. Couto, Helenice Andrade e Patrícia de O. Burlamaqui; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).
18. **Clipping de Jornais - O Governo Lula**, Cátia C. Couto, Helenice Andrade e Patrícia de O. Burlamaqui. *Série Estudos de Políticas Públicas*, agosto de 2003.

19. **Segurança versus Insegurança**, David Morais. *Série Estudos de Políticas Públicas*, agosto de 2003.
20. **Regulação no Sistema de Educação Superior**, Edson Nunes - André Magalhães Nogueira, Ana Beatriz Moraes, Eleni Rosa de Souza, Helena Maria Abu-Mehry Barroso Leandro Molhano, Márcia Marques de Carvalho, Paulo Elpídio Menezes Neto e Wagner Ricardo dos Santos. *Texto de apoio para a Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior (CEA). Essa Comissão foi designada pelas Portarias MEC/SESu número 11 de 28 de abril de 2003 e número 19 de 27 de maio de 2003 e instalada pelo Ministro da Educação, Cristovam Buarque em 29 de abril de 2003, agosto de 2003*
21. **Uma medida de eficiência em Segurança Pública**, David Morais. *Série Estudos de Políticas Públicas*, outubro de 2003.
22. **Desconstruindo PNE : Limitações Estruturais e Futuro Improvável**, Edson Nunes, Márcia Marques de Carvalho e Enrico Martignoni . *Trabalho apresentado no "II Encontro de Dirigentes de Graduação das IES Particulares.. Fortaleza, 27-29 de agosto de 2003. Incorporado do Documento de Trabalho no. 25, de outubro de 2003*
23. **PNE: Restrições, Impossibilidades e Desafios Regionais**, Edson Nunes, Enrico Martignoni e Márcia Marques de Carvalho, *Trabalho apresentado no II Encontro Regional do Fórum Brasil de Educação Tema: Projeto de Educação Nacional: desafios e políticas. Goiânia, setembro de 2003. Incorporado do Documento de Trabalho no. 25, de outubro de 2003*
24. **Estrutura e Ordenação da Educação Superior: Taxionomia, Expansão e Política Pública**, Edson Nunes, Enrico Martignoni, Leandro Molhano e Marcia Marques de Carvalho. *Trabalho apresentado no Seminário: "Universidade: por que e como reformar?". Brasília, Senado Federal 06 e 07 de agosto de 2003; também publicado em A Universidade na Encruzilhada. Brasília: UNESCO, Ministério da Educação, 2003.*
25. **Expansão do Ensino Superior: Restrições, Impossibilidades e Desafios Regionais**, Edson Nunes, Enrico Martignoni e Márcia Marques de Carvalho, *outubro de 2003.*
26. **Projeção da Matrícula no Ensino Superior no Brasil, por Dependência Administrativa: um Exercício Preliminar**, Márcia Marques de Carvalho. *Série Educação em Números, janeiro de 2004.*
27. **Matrícula e IES: Relação e Projeção**, Márcia Marques de Carvalho. *Série Educação em Números, fevereiro, 2004.*

28. **Entre o Passado e o Presente**, David Morais. *Série Estudos de Políticas Públicas, março de 2004.*
29. **Demanda Potencial e Universidade: Notas sobre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro**, Márcia Marques de Carvalho. *Trabalho apresentado no seminário "Niterói 2008 – o Futuro É Agora". Rio de Janeiro, 27 de março de 2004. Série Educação em Números, março de 2004.*
30. **Niterói: Cidade Universitária?**, Edson Nunes, Enrico Martignoni, Márcia Marques de Carvalho. *Trabalho apresentado no seminário "Niterói 2008 – o Futuro É Agora". Rio de Janeiro, março de 2004.*
31. **As Ações no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) Relacionadas aos Serviços Educacionais**, Edson Nunes, Fabiana Coutinho Grande e Leandro Molhano. *Série Estudos de Políticas Públicas, maio de 2004.*
32. **Perfil dos Egressos, Quotas e Restrições: uma Observação da Educação Superior no Momento de sua Reforma**, Edson Nunes, Enrico Martignoni, Márcia Marques de Carvalho. *Trabalho apresentado no "Fórum Educação, Cidadania e Sociedade: Reforma do Ensino Superior. Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro – RJ, 14 de julho de 2004; versão revista e atualizada deste trabalho foi publicada sob o título Educação, Quotas e Participação no Brasil, Documento de Trabalho nº 33.*
33. **Educação, Quotas e Participação no Brasil (Alemanha)**, Edson Nunes, Enrico Martignoni, Márcia Marques de Carvalho. *Trabalho apresentado no "Diálogo das sociedades civis Brasil - Alemanha", Congresso, Tema: Responsabilidade e solidariedade na democracia: sociedade – política – economia. Palestra: Estratégias para democracia e justiça no Brasil: quotas, educação e participação - Landesbank Baden-Wuerttemberg (LBBW – Banco do Estado de Baden-Wuerttemberg), Stuttgart – Alemanha, 22 e 23 de junho de 2004; também publicado em Universidade em Questão, Lauro Morhy (org). Brasília: Editora UNB, 2003, sob o título "Universidade Brasileira: acesso, exclusão social e perspectivas dos egressos".*
34. **A Outra Reforma Universitária para a Sociedade do Conhecimento**, Edson Nunes e Leandro Molhano. *Trabalho apresentado no Fórum do INAE, Mesa Redonda: O Modelo de Educação para a Economia do Conhecimento. Rio de Janeiro, 17 de maio de 2004; também publicado em Novo Modelo de Educação para o Brasil, J.P.dos Reis Velloso e R.C. de Albuquerque, orgs. Rio de Janeiro, José Olympio, 2004.*
35. **Ensino Superior Público e Privado no Brasil: Expansão, Evasão e Perfil dos Concluintes**, Edson Nunes e Márcia Marques de Carvalho. *Texto*

apresentado no “Unesco Fórum on Higher Education, Research & Knowledge: Primeira Conferência Regional Latinoamericana del foro Unesco sobre educacion”. Porto Alegre, UFRGS, 01 a 03 de setembro de 2004. Série Educação em Números.

36. **Nota Técnica sobre os documentos “Considerações sobre Autorização dos Cursos de Medicina” e “Consideração sobre Autorização dos Cursos de Direito”,** Wagner Ricardo dos Santos e Leandro Molhano. *Texto apresentado na Reunião do Conselho Nacional de Educação, Brasília, setembro de 2004.*
37. **Nota Técnica: Estudo Comparativo para Projeto do Decreto de EAD,** Helena Maria Barroso e Ives Ramos, *Texto apresentado na Reunião do Conselho Nacional de Educação, Brasília, outubro de 2004.*
38. **Nota Técnica sobre Avaliação Institucional Externa de Faculdades, Centros Universitários e Universidades,** Leandro Molhano e Wagner Ricardo dos Santos. *Texto apresentado no “Fórum de Reitores do Rio de Janeiro: Nova Política de Avaliação do Ensino Superior”, FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2004; também apresentado na Reunião do Conselho Nacional de Educação, Brasília, outubro de 2004.*
39. **Engenharia Reversa: Análise do Instrumento de Avaliação Institucional Externa de Universidades,** Leandro Molhano e Wagner Ricardo dos Santos. *Texto apresentado na Reunião do Conselho Nacional de Educação, Brasília, novembro de 2004*